

TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS E O ENSINO DE LÍNGUAS: CRÍTICA ÀS POLARIZAÇÕES.

Leticia Marcondes Rezende¹

RESUMO: Este texto tem dois objetivos: o primeiro, trazer questões da linguística e do ensino de língua para perto de um número maior de leitores, que conseguirão facilmente fazer a ponte entre temas próximos, como é a política, para mais distantes como a linguística e o ensino de línguas. O segundo, fazer o movimento contrário: politizar a linguística e o ensino de línguas. Esses dois objetivos têm como quadro teórico de apoio a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Há ainda no texto alguns exemplos, com ocorrências de língua portuguesa, que mostram a importância de superar polarizações em análises gramaticais, entendendo-as como cristalização dentro de um contínuo de valores mais sutis e nuançados.

Palavras-chave: Polarizações; política; linguística; ensino de línguas; teoria das operações predicativas e enunciativas.

RESUME: Ce texte a deux objectifs: en premier lieu, il s'agit de vulgariser des questions de linguistique et d'enseignement des langues auprès d'un nombre croissant de lecteurs, qui pourront ainsi opérer facilement des rapprochements entre des thèmes qui leur sont proches, comme la politique, et d'autres, plus distants, comme le sont la linguistique et l'enseignement des langues. Dans un deuxième temps sera réalisé un mouvement inverse consistant à politiser la linguistique et l'enseignement des langues. Ces deux objectifs ont pour cadre théorique la Théorie des opérations prédicatives et énonciatives. Ce texte proposera en outre quelques exemples issus de la langue portugaise pour montrer l'importance du dépassement des polarisations dans les analyses grammaticales, des polarisations entendues comme cristallisation au sein d'un continuum de valeurs plus subtiles et nuancées.

Mots-clés: Polarisations; politique; linguistique; enseignement des langues; Théorie des opérations prédicatives et énonciatives.

Polarizações e Política

Nos dias atuais (abril/maio/junho de 2016) no cenário político do Brasil, é muito comum as pessoas criticarem as polarizações entre, sobretudo, duas correntes políticas fortes no país: uma mais à esquerda representada, sobretudo pelo partido dos trabalhadores (PT), definido por seus seguidores como o partido dos pobres e dos excluídos, e outros partidos, mais à direita ou de centro, que seriam os partidos da classe média e dos ricos. As críticas às polarizações, ou às posições maniqueístas, sobretudo em meios mais cultos, têm fundamento, embora raramente os críticos das polarizações vão mais fundo nas suas explicações. A questão das polarizações é complexa. Vejamos: Qualquer polarização gera conflitos insolúveis, despendem grande energia em suas defesas, e dificultam a ação em qualquer direção; são grosseiras e levam à estagnação. Por outro lado, a existência de polarizações é boa: significa que há fronteiras e delimitações, há seres pensantes, com identidade e que se delimitam. O

¹ Professora titular da FCL-Unesp-Araraquara lm.rezende@terra.com.br

fato de a questão da polarização também poder ser explicada, como fizemos acima, por outra polarização, uma visão negativa e outra positiva, conduz-nos a um patamar de reflexão um pouco mais complexo. Na realidade, ser livre é estar disponível às mudanças e transformações e ninguém que possua um mínimo de autoestima e que deseje um crescimento como ser humano pode ficar a vida toda olhando por um único foco, permanecer dentro de uma única classificação, de um único conjunto de valores. Quando isso acontece, a pessoa não dialogou, não cresceu, não superou contradições, não usou os resultados das experiências para se autoavaliar e se transformar e fica presa a um eterno conjunto de valores por alguma conveniência, de natureza material ou emocional. São atitudes irracionais que beiram a fanatismos de toda natureza. A passagem do equilíbrio (estabilidade) para o desequilíbrio (instabilidade) é temível por grande parte das pessoas e elas então se protegem desse vendaval, mas os momentos de transformação exigem desequilíbrios e, quanto mais temos consciência de que estamos passando por esses vendavais, melhor as condições para atingir um novo patamar de equilíbrio. Apesar das mudanças e da capacidade de o ser humano operar sobre diversos conjuntos de valores, a coerência de cada momento de estabilidade é necessária para o equilíbrio físico e emocional do sujeito. Por isso que as pessoas saem, por meio de desequilíbrios e instabilidades, o mais rápido possível de um sistema de valores em equilíbrio para outro. O que conta nas ações em geral é a sua dinamicidade e a sua plasticidade, ou seja, a capacidade de o ser humano se adaptar aos contextos que mudam no espaço, no tempo e na relação com o outro e estar disponível a essas mudanças necessárias que correspondem ao seu amadurecimento. As sutilezas dos posicionamentos políticos na prática são muito ricas em razão dessa dinamicidade, da interação entre as pessoas, e não são percepções estagnadas. Tudo que se institucionaliza, que ganha uma configuração mais formal (como um partido político ou as leis) ganha também um enrijecimento, uma estagnação e gera o que está dentro, e o que está fora gera o “a favor” ou “o contra”, o “certo” e o “errado”. Quem assim se comporta, por meio de classificações rígidas, raramente se autoavalia, se autocritica e se reconstrói. Mas, no patamar daquilo que ainda não tem existência, do vir-a-ser ou daquilo que está em construção, há um movimento dinâmico de confrontos entre as fronteiras, e de percepção de novos valores e de construções nascentes. Tudo isso são sutilezas, significados refinados e muito importantes para o nascimento de novas percepções de mundo. Esses valores não têm nada a ver com o certo e o errado. Nesse subterrâneo perceptivo e construtivo, a diversidade espacial e temporal dos acontecimentos altera a posição dos sujeitos e, conseqüentemente, as suas percepções e ações. Impera nesse subterrâneo construtivo matizes de significado e não o significado grosseiro em sim e não. O que é institucionalizado (e muitas vezes a língua escrita colabora para isso) permanece estagnado e inalterado. Por isso mesmo, muitas vezes a escrita artística na literatura tenta ultrapassar os códigos

estritos da língua escrita e tenta trazer a língua oral para a língua escrita. Muitas vezes também, a nossa experiência de vida marcada na língua oral leva para a leitura da escrita novos significados que podem não estar na intenção original de quem escreveu. Isso também acontece com a nossa própria escrita quando seguida de processos de leitura.

Um sujeito maduro, do ponto de vista sociológico e psicológico, pode fazer variar os seus posicionamentos tanto no espaço quanto no tempo sem medo de se perder, porque tem um núcleo de identidade que permite essa variação. Até mesmo a brincadeira, a criatividade, a arte nascem do controle simultâneo que o sujeito faz do seu eixo de identidade e da capacidade de se movimentar e perceber outros pontos perceptivos na riqueza de sua experiência. Um bom ator de teatro, um bom poeta, por exemplo, são os que têm todos os pontos de vista, toda a humanidade dentro de si, mas possuem, um forte núcleo identitário que permite também que o sujeito não se perca de si mesmo. Essas sutilezas, consequências da dinamicidade dos fatos no espaço e tempo, podem caminhar para a transformação e o crescimento e para uma ação matizada de sutilezas (como consequência de interações ricas do ponto de vista quantitativo e qualitativo) que tenham bons frutos. Também, se na trajetória das interações, na riqueza dos contatos, o objetivo for obter apenas ganhos materiais, podemos, apesar do intenso trabalho avaliativo de interpretar ações e posições, fazer com que o balanço final das interpretações e ações caminhem para uma diluição geral dos posicionamentos na qual não se distingue mais quem pensa uma coisa ou outra. O fato de na política haver uma diluição geral das fronteiras do posicionamento é prova de que o contexto prático exige o diálogo e a mudança de posição. Acontece que aquilo que leva as personagens políticas ao movimento, no cenário político brasileiro atual, muitas vezes são as conveniências e não o amadurecimento. Nesse caso, acontece uma permuta do conflito real, advindo de posições ideológicas diferentes, que, se superado, poderia gerar a transformação e o crescimento, por ganhos materiais, trocas e favores: e tudo fica então muito pequeno e nada muda. Notem a importância dos objetivos e do projeto de vida. Notem a importância do projeto educacional e formativo na vida das pessoas, pois a inteligência, que é a parte operacional e criativa da mente, funciona sempre em todas as circunstâncias, na riqueza das experiências de vida. As seleções dessas experiências vão finalmente impulsionar a ação e dependem do projeto de vida e dos objetivos; assim como ao fazermos uma limpeza de gavetas em nossa casa, ficamos na dependência de um critério de relevância para saber o que guardamos e o que jogamos fora. Como os objetivos dos defensores, tanto de uma polarização quanto de outra na política brasileira, são os mesmos (ganhos individuais de ordem material), as diferenças ideológicas que arrastariam ao conflito, à superação e à transformação não acontecem, e tudo fica então muito igual e grosseiro.

Haverá sempre uma contradição em nossas avaliações e ações: entre valores estagnados, classificatórios, polarizados a favor e contra que nos chegam por meio de instituições, do poder, da legislação, etc, e a riqueza dos valores e dos questionamentos que nos chegam por meio dos constantes diálogos e interações. Desse modo, o poder, as leis, as instituições precisam também serem renovados de tempos em tempos para incorporar as novas percepções advindas das práticas dos sujeitos. Para essas instituições acima, a cada renovação, nova estagnação, novo ponto de equilíbrio. Embora, na prática cotidiana dos sujeitos, novas instabilidades serão sempre criadas.

O núcleo identitário de cada sujeito é uma maquinaria formal (capacidade de ir para frente (projeção) e para trás (memória), de ver o que é igual e o que é diferente, o que remonta e o que se distancia, em síntese, a sua capacidade de fazer relações, comparações e avaliações) que opera sobre experiências de vida altamente diversificadas. É evidente também que o conteúdo experiencial preenche, de modo diferente, essa complexa maquinaria formal e altera o resultado das avaliações e das ações. O sujeito, diferentemente das instituições, que só carregam o instituído, carrega simultaneamente o seu ponto de equilíbrio e as instabilidades provisórias

Polarizações e a ciência linguística

A linguística como ciência iniciou com os estudos de Saussure no início do século XX. Ele trouxe para os estudos das línguas a metodologia objetiva que predominava nas outras ciências. Desse modo, fez um corte metodológico no material a ser observado nas línguas ou em uma língua determinada. Separou o que era estático nas línguas e identificou como sendo a língua (la langue). Denominou o dinâmico (a variabilidade) como fala (parole) e não a enquadrou nos objetivos da linguística. A “língua” (assim no singular) e a “fala” são portanto, dentro dos estudos de linguística, termos técnicos e não correspondem ao uso comum que fazemos desses dois termos. Essa polarização (língua e fala) inicial arrastou outras. Do lado da língua, ficaram: os estudos sistêmicos ou invariantes da língua, a consagração tanto de uma unidade estática, que é o signo linguístico, quanto da sincronia (um corte estabilizado da língua no tempo e no espaço). O valor do signo existe em uma sincronia e resulta do equilíbrio de um estado de língua recortado no tempo e no espaço. Uma imensidão rica de fenômenos foi excluída dos estudos linguísticos. Principalmente o homem e sua inserção psicossociológica, a variabilidade dos fenômenos linguísticos no tempo e no espaço. A diacronia (os estudos históricos das línguas) foi vista como uma sucessão de sincronias.

Nas últimas três décadas do século XX e início do XXI, toda a variabilidade linguística foi entrando nos estudos linguísticos por várias portas, oferecendo estudos

multidisciplinares nos quais o fenômeno linguístico vem sendo estudado até os dias atuais em conexão com um outro domínio das ciências do homem. O leque é bastante amplo: psicolinguística, com os estudos sobretudo da aquisição da linguagem pela criança, mas também com uma certa abordagem do ensino de línguas materna e estrangeiras; a sociolinguística, com a variação espacial mas também temporal, e com os estudos históricos de língua, agora com novos olhares. A sociolinguística contribui, com seus pressupostos, para o ensino de línguas também, sobretudo para o ensino de língua materna; análise do discurso, linguística textual, pragmática, estudos enunciativos, etc. A Linguística Aplicada, que deveria ser todo esse leque rico da inserção do homem na língua, ou mesmo toda a linguística atual, abarca apenas algumas dessas atividades quando o viés teórico adotado não é muito cotado na balança de quem está no momento no poder institucionalizado das ciências decidindo por rótulos, rubricas, polarizações e fronteiras.

Desse modo, ao núcleo invariante e sistêmico da língua foram anexados vários domínios em conexão com os estudos linguísticos. Todos eles enfatizam a atividade, a prática de língua, a interação, os contextos espaço-temporais e a variação. Dentro dessa rica variação teórica, não há nenhuma convergência e busca de invariantes, agora em outro nível. Cada domínio defende a sua invariante e a sua verdade maior. O diálogo entre “subsistemas”, tais como variantes psicolinguísticas, sociolinguísticas, formações discursivas, etc não existe como não havia o diálogo entre os sistemas estáticos definidos como “língua” e também não há diálogo entre as diferentes abordagens linguísticas. Apesar de os estudos atuais serem sensíveis à variação, ela é estudada como subsistema. Alterou-se apenas a dimensão do objeto estudado: de sistemas se passa a subsistemas, mas a metodologia permanece a mesma. Na melhor das hipóteses, variáveis no espaço e no tempo são confrontadas, na pior das hipóteses se descrevem sistemicamente, quer dizer estaticamente, uma variável e as suas características (v1) e depois outra variável e suas características (v 2) e assim por diante (V n), sem que invariantes dessa dinamicidade e mudança sejam postuladas, embora altamente desejadas e pesquisadas.

Na dificuldade de convergência, vamos defender o nosso ponto de vista: Só há variação, e a variação é radical. Trata-se de uma variação intersujeitos e também intrassujeito. Trata-se de uma ambiguidade fundamental existente no ser humano e na sua expressão linguística. Desse modo, conceitos como: ambiguidade ou indeterminação constitutiva da linguagem, jogo parafrástico, atividade epilinguística, regulação ou equilibração, processo construtivo ganham toda a centralidade, e a maquinaria mental mencionada acima é explicitada e teorizada. Ela é a linguagem ou a cognição. Note-se que “linguagem” é um termo usado no singular. No plural, o termo “linguagens” não é um conceito dentro dessa nossa reflexão. Trata-se de um termo

não teorizado e quer dizer simplesmente “formas de expressão”. Desse modo, podemos dizer linguagem pictórica, linguagem musical , etc. A linguagem, assim no singular, como sinônimo de cognição, deve estar presente em todas essas manifestações expressivas, mas só podemos acessá-la por meio de dois caminhos: uma teorização que a defina explicitamente; e o domínio que o analista deve ter da materialidade particular de cada forma de expressão. Não há um discurso abstrato e genérico sobre o que é toda e qualquer forma de expressão em sua articulação com a linguagem. Pode ser este o projeto de uma Semiótica, mas particularmente não vejo como saltar sobre as especificidades materiais de cada sistema de expressão na busca do que é a linguagem. Na abordagem “linguística” aqui defendida, somente se tem acesso à linguagem por meio dos arranjos léxico-gramaticais das línguas naturais. Outras formas de expressão poderão acessar a linguagem também por meio de materialidades expressivas específicas.

Neste texto o que sobressai como objetivo é confrontar as polarizações existentes na política (discussão muito atual), na linguística e na pedagogia. Mas é com a linguagem definida como forma operatória, como mecanismo de construção e equilíbrio assinalada acima (o formal) e a diversidade ou variabilidade radical de experiência dos sujeitos (empírico) que passaremos para o ensino de línguas. No ensino de línguas, a articulação entre os planos formal e empírico é fundamental e há um total desconhecimento de suas existências, que precisam ser explicitadas e em seguida articuladas.

Polarizações e o Ensino de Línguas

Precisamos entrar em uma sala de aula conscientes de que há uma variação radical de experiências entre os alunos, e entre os alunos e o professor. Em outras palavras, o empírico é altamente diversificado. O plano formal é a inteligência, como funcionamento do cérebro e está presente em todos os alunos de modo idêntico. Mesmo em alunos com alguma perturbação mental, a linguagem está presente fazendo compensação e equilíbrio. Todo professor precisaria ter consciência da existência desses dois planos e saber também como são dadas as suas articulações. Mas só podemos saber que há uma imbricação entre os dois planos se sabemos também distingui-los. No ensino, não só de línguas mas de qualquer conteúdo, esses dois planos são totalmente confundidos e embaralhados (e não distinguidos e articulados). Desse modo, trabalhamos no ensino com “formas” de expressão (que não têm nada a ver com o formal que estamos querendo explicitar) e com conteúdos já construídos. Como a confusão é tamanha entre plano cognitivo e o plano experiencial, o professor não consegue alcançar o outro (aluno) ao mesmo tempo igual a si próprio no plano formal e diferente no plano experiencial (empírico). Como ele não sabe que aquilo que é diferente entre ele e o aluno, ou entre os alunos, tem uma mesma base

geradora, ele não consegue alcançar nem essa base igual mas responsável pelas diferenças e nem as diferenças propriamente (que, no caso dos professores e dos alunos, podem ser diferenças ligadas ao fator temporal: os professores têm uma ou duas gerações a mais que os alunos, ou então, espacial: frequência a universos culturais diferentes).

No ensino dos conteúdos e nos livros didáticos, esses dois planos estão soldados e estagnados, gerando forma e conteúdo em um outro nível (não no de construção, como estamos enfatizando, mas no nível das coisas já construídas) e, como consequência, todo processo de ensino e de avaliação das coisas já construídas gera o certo e o errado, gera classificações, gera demarcações: o que pode e o que não pode, o que está dentro e o que está fora, etc. Com a predominância na sociedade -- nas instituições, na formação do professor e no ensino-- das dicotomias e polarizações não temos chances de conhecer e acessar esse subterrâneo indiferenciado, esse subterrâneo construtor; não conseguimos acessar essa gênese de construção de valores e significados. O erro apresentado pelo aluno ou a discussão oral feita junto com a classe pode revelar, se atenção for dada tanto ao erro quanto aos caminhos da discussão, este plano formal que sustenta a gênese dos valores. Para nós, esse plano indiferenciado é o responsável pelos processos construtivos. Ele é a linguagem ou cognição. Com a colocação desse plano formal e operatório temos também de defender que não possuímos o contorno de uma língua ou de qualquer língua; o que temos são experiências linguísticas diversificadas e formas de expressão diversificadas. A variação não seria nem de uma língua para outra, nem dentro de uma mesma língua, como é sempre estudada a variação linguística. Os contornos do que seria uma língua e do que seria uma variável de língua não são o foco dessa discussão teórica que estamos fazendo neste texto. A variação seria radical. Ela seria a variação intersujeitos e intrassujeito.

As diferenças no conhecimento das palavras e de seus significados, a montagem dos enunciados das línguas, que ficam na dependência do conhecimento das “noções” que são recobertas pelos itens lexicais e gramaticais das línguas, são adquiridas desde muito cedo na experiência de vida de um sujeito. (RIVIERE, C. e GROUSSIER, M.L. (orgs.) *La Notion*. Paris: Ophrys, 1997, p.9-24). Dependendo do cuidado e da atenção de um adulto (pais ou outras pessoas) na relação com uma criança, a língua vai tomando matizes desde a tenra infância que podem se diferenciar de uma criança para outra dentro da mesma família. Mais diferenciadas ainda dentro de uma sala de aula. Mais diferenciadas ainda em relação à língua dos professores, com diferenças de gerações e oriundos, muitas vezes, de outras regiões (variação espacial). É toda essa experiência singularíssima que uma criança leva para a sua escolaridade. Na escola, sobretudo nas séries iniciais, esse investimento linguístico ou precisa ser continuado ou ser iniciado.

Nada ainda de cobranças de grandes produções escritas, mas investimento, estímulos: cuidado com as flores que estão sendo plantadas em um jardim. Muita leitura, muita discussão com as crianças, com as palavras e seus significados. A fronteira entre língua oral e língua escrita precisa ser trazida para dentro da escola e trabalhada. Só desse modo, os jovens conseguem levar a sua experiência de vida para dentro da escola e não segmentá-las como dois mundos à parte. Quanto mais distantes a língua oral e o mundo contextual da criança forem do mundo da língua escrita e dos contextos mais cultos, tanto mais difícil será a sua inserção na escola e na língua escrita. Só aproximando língua oral e língua escrita é que aproximamos a própria criança da experiência mais culta e escolar. Só desse modo pode-se criar a motivação para a escrita e a leitura, e não uma aridez e um distanciamento geralmente encontrados. As afirmações de que as crianças não sabem escrever, de que os jovens zeram na redação em avaliações como o vestibular ou o Enem precisam ser cuidadosamente analisadas. Resultam de análises grosseiras feitas por instituições que trabalham com o certo e o errado, que não conseguem fazer a passagem da experiência da criança ou do jovem da língua oral para a língua escrita. Por trás desse fracasso escolar, normalmente difundido, há posições assumidas que devem ser colocadas em questão: a língua oral é uma, e a língua escrita, a língua culta e institucionalizada é outra. Não se tem métodos e exercícios (com raras exceções) que façam pontes ou fronteiras entre elas, mostrando suas bases comuns e suas diferenças. Desse modo, a criança, ou o jovem fora da escola, é um tipo de sujeito, mas dentro da escola ele é outro ou deve ser um outro sujeito. Não se consegue achar o plano indiferenciado da linguagem (o formal, a cognição) que permita achar pontos comuns entre expressões linguísticas e experiências diversificadas.

As posições diante dessas dicotomias são de natureza política. Um material instrucional (propostas curriculares, livros didáticos), dependendo da orientação política, podem enfatizar uma direção ou outra. Mas nos encontramos, no ensino de língua, na mesma situação de nossa política em geral. Os posicionamentos não são claros; eles, às vezes, se misturam quando deveriam, em um primeiro momento, se diferenciar, e, em um segundo momento, dialogar entre si; teoria e prática não se harmonizam; e falta muita coragem para se ir até as últimas consequências dos posicionamentos divergentes quanto ao ensino de línguas e esperar os seus resultados. No meio do caminho, há modismos, interesses, direcionamentos do Estado que se alteram e financiamentos disponíveis a um direcionamento ou ao outro, etc. Diante das inúmeras redações zeradas no Enem, são culpabilizados os professores e a sua formação nas universidades. A nossa situação no ensino de línguas em escolas públicas e privadas reflete a mesma falta de posicionamentos seguros em uma direção ou outra, e a falta de diálogos verdadeiros entre os posicionamentos e polarizações que encontramos na política e na sociedade brasileira em geral. Contra a posição mais

democrática no ensino de línguas, que tenta aproximação entre língua oral e língua escrita, entre a experiência do aluno e o mundo culto, que tenta a inclusão de todos na escola (mas não tão bem conduzida, ou conduzida mais ou menos, e às vezes até contraditoriamente) se opõe um retrocesso, uma atitude conservadora de ensinar apenas a língua culta, a língua escrita e as regras gramaticais da tradição clássica e a cobrança entre certo e errado (como ainda se faz em grande parte das escolas particulares de Ensino Fundamental e Médio).

Temos, portanto, no ensino de língua materna no Brasil, um movimento de vanguarda que acompanhou mais ou menos o crescimento das ideologias de esquerda nas últimas décadas na política, que tenta a inclusão das classes sociais desfavorecidas, mas que acabam levando para o vestibular e para a seleção feita pelo Enem alunos que não conseguem fazer a redação.

Nesse caso, poderíamos perguntar: a polarização língua escrita (única) e língua oral (múltiplas) foi realmente trabalhada para essa inclusão desejada? ou, essa polarização foi apenas colocada lado a lado nos materiais instrucionais e em sua aplicação em sala de aula? Será que o diálogo constante entre experiências linguísticas diversificadas foi explorado, exibindo a base comum por meio da linguagem e as diferenças experienciais dos alunos por meio de expressões linguísticas diversificadas? Ou apenas foram trazidas para o ensino outras experiências linguísticas, outras variáveis e foram colocadas lado a lado, na escola, essas experiências diversificadas, esses textos diversificados, sem o esforço cognitivo de procurar pontos comuns e diferenças? Apenas se substituiu uma posição elitista do ensino de línguas por uma populista? Em algum momento, é feita a distinção entre o que é a linguagem no singular e linguagens no plural? Ou essa distinção está totalmente confusa e embaralhada em toda a formação do professor e nos materiais instrucionais? O termo linguagem é ele ainda entendido como na década de 50 quando, como aluna, recebia, nas séries iniciais do Grupo Escolar, o Caderno de Linguagem para treinar caligrafia? A distinção linguagem (no singular) e línguas (agora no plural) é feita e depois articulada? Essa distinção deve ser clara, evidentemente, para o professor em sua formação, na metodologia de ensino e também nos materiais didáticos. Para o aluno, apenas a prática planejada pelo professor, que tem consciência dessa articulação primordial entre o formal e o empírico entre a linguagem e as expressões linguísticas. Para que essa articulação aconteça, necessitamos da expressão em movimento, em variação, pois a linguagem, como cognição, é vista como um esforço constante de equilíbrio.

Culpar a má-formação dos professores pode até ser uma das razões dessa situação. Mas, vendo a condução da política atual, nesses dias conturbados de crise (abril/maio de 16), podemos até perguntar: Não será essa a situação geral do Brasil e de todo

aparato institucional? E não será a formação de todos que está em questão e não apenas a formação do professor?

Não vemos, hoje, no ensino de línguas, uma solução para as inúmeras redações zeradas nas provas seletivas em um esforço crítico dentro do mesmo paradigma adotado da inclusão. Em outras palavras, não vemos uma avaliação das razões desse resultado dentro de um mesmo eixo de reflexão. Não vemos um trabalho de autocrítica e renovação. Não se leva às últimas consequências o paradigma adotado da inclusão. Ou se fica no meio do caminho, sem solução, ou temos a proposta de um retrocesso no ensino de línguas, com a valorização apenas da língua escrita na sua variável culta, tradicionais exercícios de gramática em certo errado, com classificações e polarizações. Grande parte das escolas privadas nunca saiu dessa última orientação (mais clássica e conservadora). Mas, para a clientela desse tipo de escola, isso não acarreta problemas, pois o contexto social, mais rico de experiências, completa essa pobreza metodológica. O problema continua na escola pública: Como resolver o problema das inúmeras redações zeradas nos exames seletivos dentro da mesma proposta de atenção à língua oral, ou à diversidade das experiências, como tem sido feito nas últimas quatro décadas?

Aqui, podemos fechar o nosso texto com o paradoxo inicial colocado: ter identidade é defender até as últimas consequências a sua posição-- aqui no caso, trata-se de um posicionamento político sobre o ensino de línguas. Mas, ao mesmo tempo, estar aberto ao diálogo com o outro que também deve levar às últimas consequências a sua abordagem; ter identidade é avaliar com honestidade os seus resultados, se autocriticar, se transformar, se construir. Será que as posições sobre ensino de língua materna, que promoveram, nas últimas décadas, a inclusão, fizeram a sua autocrítica e a sua autoavaliação, e levaram mais à frente ainda as suas posições? Ou apenas colocaram lado a lado as variáveis e não procuraram o diálogo entre elas, exibindo o que essas variáveis têm em comum? O que encontramos como posicionamento político são visões muito leves (sem engajamento) nas quais todo posicionamento é possível, até mesmo confundir “linguagem” no singular com “linguagens” no plural; “língua”, como termo técnico da linguística e “línguas”, no plural, como diversidade expressiva. Não deveríamos, agora, também nos surpreender com o altíssimo número de redações zeradas!

O que acontece é que somos atropelados por duas posições que não se aperfeiçoam, não se avaliam, não dialogam e, do ponto de vista metodológico, são muito superficiais e leves. Todos perdem muito com essa falta de rigor que poderia permitir tanto a construção de identidades quanto a tolerância, e o diálogo em relação ao diferente. Se essa prática não é constantemente realizada e aperfeiçoada, pode-se chegar a momentos de grandes crises (em qualquer setor de nossas atividades), de

fanatismos, confrontos e de incompreensão ou.. ou... de inúmeras redações zeradas. Colocar lado a lado as variáveis linguísticas, como se tem feito na escola, é colocar lado a lado língua oral e língua escrita, variável culta e outras variáveis. Polarizá-las ou colocá-las em conflito, como se fazia e se faz ainda em escolas particulares, que só ensinam a norma culta, não é o bom caminho e, felizmente, isso não foi feito nas orientações de governos de esquerda nas últimas décadas. Talvez porque a escola não seja o lugar do conflito mas da paz!! Mas colocá-las em diálogo (não em conflito) procurando a dimensão humana das manifestações linguísticas, também, e agora infelizmente, isso nunca foi feito.

Mais uma vez e, para finalizar este texto, faremos a mesma pergunta já feita acima: Em algum momento é feita a distinção do termo “linguagem”, no singular, que abarca teoricamente toda a manifestação expressiva da humanidade, e “linguagens” no plural que contém toda a manifestação expressiva pontual e singular?

As articulações centrais entre linguagem e línguas naturais, e entre o plano do empírico e do formal, defendidos por A. Culioli, linguista ao qual nos afiliamos teoricamente, foram centrais neste texto. A bibliografia deste texto traz inúmeros artigos, escritos por esse autor, que desenvolvem essas articulações centrais importantíssimas para o ensino de línguas e também para um novo olhar em relação à linguística ou para a politização da linguística e do ensino de línguas.

Vou apresentar abaixo alguns exemplos de língua portuguesa, nos quais as manipulações que faço permitem compreender facilmente como podemos e devemos escapar facilmente das polarizações existentes nas análises gramaticais. Os exemplos e as manipulações mostram como, na atribuição polarizada do valor gramatical atribuído às sequências estudadas, confundimos mecanismos de forma (a linguagem) presentes em todos os seres humanos e a experiência particular de cada sujeito (empírico). O raciocínio mais completo que antecede esses exemplos está presente no texto publicado por mim na Revista Alfa: REZENDE, L.M (2002)

Os exemplos de análise gramatical no ensino de língua

Colocamos primeiramente três exercícios (1, 2 e 3) que solicitam aos alunos a identificação do que sejam Adjunto Adnominal (AA) e Complemento nominal (CN) retirados de uma apostila do Curso Preparatório aos Vestibulares. Cabe aos alunos, a partir de pistas, sobretudo das oposições concreto e abstrato e agente e paciente, fazer a distinção entre os dois valores gramaticais. Em seguida, eu criarei, para os exemplos 1 e 2, alguns contextos, com o objetivo de ilustrar a possibilidade de um trabalho mais criativo com a gramática e escapar da polarização e mostrar a articulação entre processos formais (linguagem) e empíricos (línguas). O exercício 3 aparece apenas para ilustrar a natureza mecânica e superficial do trabalho polarizado que é feito com a gramática . O

exemplo 4 é a descrição de uma piada que joga com os dois valores gramaticais estudados. O exemplo 5 cita alguns topônimos que servem também para ilustrar o mecanismo dos valores gramaticais estudados.

Tomemos os exemplos:

1- A explicação do delegado não convenceu os pais da criança.

2- O professor de física esteve aqui..

3- Vejamos alguns contextos:

Como transformar o valor predicativo de a *explicação do delegado* (CN) em valor nominal (AA)? (Ver 1 a abaixo).

Como transformar o valor nominal de *os pais da criança* (AA) em valor predicativo (CN)? (Ver 1 b e 1 c abaixo)

Como transformar o valor nominal de o professor de física (AA) em valor predicativo (CN)? (Ver 2 a e 2 b abaixo)

Podemos, então, oferecer alguns exemplos que desequilibram os valores polares:

1 a - Eles usam a explicação que foi dada pelo delegado como prova para o crime.

1 b - Eles negam serem os pais da criança.

1 c - Eles poderão, com o passar do tempo, convencer as pessoas de que são os pais da criança.

2 a - Professor, tudo bem! Mas de física, ora essa!

2 b - Ele não tem nada de professor de física!

Em 2 #de Física# é adjunto adnominal e prepondera um valor semelhante ao de um epíteto. Tanto em 2.a., com a explicitação da modalidade assertiva da dúvida, quanto em 2.b., com marcas aspectuais, ficam preponderantes os valores atributivos. A palavra “preponderante” significa que os dois valores estão ocorrendo simultaneamente (equilibração).

3- Distinga os adjuntos adnominais dos complementos nominais: decisão do juiz; decisão da pendência; compra do apartamento; compra do vizinho; pagamento do devedor; pagamento de carnês; julgamento do juiz; julgamento do réu; medo da criança; medo da guerra; redação de cartas; redação de alunos; promoção de festas; promoção do supermercado; saída da sala; saída de alunos; punição do irresponsável; punição de Deus; decência da linguagem; decência do cidadão; preparação do trabalho; preparação do atleta, etc.

4- Em uma delegacia, o delegado diz a seus auxiliares que quer uma *devassa* no local (em razão de acontecimentos estranhos). Outros auxiliares entram, então, na delegacia, com uma mulher com gestos e vestuários extravagantes e dizem ser ela a *devassa* solicitada. (Piada contada no Programa de Humor “Casseta e Planeta”, TV Globo).

5 – Juiz-de-Fora; São Bernardo do Campo; Hotel dos Viajantes; Lagoa do Sapo, etc. Nos topônimos, podemos também alterar o seu valor nominal para o valor predicativo, presente em sua gênese.

Entre a abordagem mecânica dos exercícios geralmente apresentados e a possibilidade de um trabalho mais criativo, o ensino da gramática tem uma longa caminhada para desvencilhar o que pertence à cultura e, portanto, é particular e experiencial; e o que pertence à linguagem, e, portanto, é universal e formal; e, em seguida, estabelecer as suas relações.

Como toda a reflexão desenvolvida neste texto se apoia na proposta da articulação da linguagem com as línguas, a metodologia de trabalho é paradoxal: temos simultaneamente de trabalhar com o grau zero de significado (daí podermos afirmar, que a distinção entre esses dois fenômenos gramaticais, no caso em específico: o adjunto adnominal e o complemento nominal, é, do ponto de vista da linguagem, quimeras) e com a língua construída, que sustenta a existência dos dois valores. Os dois valores, são valores polares, mas há também outros pontos sutis do mesmo fenômeno tais como: Eles negam serem os pais da criança; Ele não tem nada de professor de física, etc

O encaminhamento que podemos dar a esses questionamentos é de natureza teórica: ou postulamos uma regularidade de valores construídos culturalmente e estáticos e tratamos os casos residuais como exceções (e as exceções só não são mais numerosas do que os valores regulares porque se trabalha normalmente com exemplos cujo aparato aspecto-modal está estabilizado), ou procuramos entender a natureza das exceções. Para esse último caso necessitamos de teorias com maior poder explicativo, que explorem a natureza da linguagem. Para a linguagem, a instabilidade é de princípio, e a estabilidade, um resultado.

Conclusão

Este texto teve como objetivo explicitar e criticar as polarizações na linguística e no ensino de línguas, aproximando-as de questões políticas brasileiras muito atuais. Ainda tentou exemplificar, no final, com algumas ocorrências de língua portuguesa, a importância de superar polarizações em análises gramaticais, entendendo-as como cristalização dentro de um contínuo de valores mais sutis e nuançados.

REFERÊNCIAS

CULIOLI, A. Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Paris: Ophrys, v. 1, Tome I, 1990.

_____ A propos de la notion. In: RIVIERE, C. e GROUSSIÈRE, M. L. (orgs.) *La Notion*. Paris: Ophrys, 1997, p.9-24.

_____ Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, Tome II, 1999a.

_____ Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel. Paris: Ophrys. Tome III, 1999b

REZENDE, L. M. Relatives et notions constitutives de la principale. In: GROUSSIÈRE, M. L.; RIVIÈRE, C. (Org.). *La notion*. Ophrys: Paris, 1997. p.223-228.

_____ "Operações da linguagem e algumas construções nominais". In: *Alfa*, v. 46, 111-127. 2002.

Recebido em: 10/08/2016. Aceito em 21/10/2016.